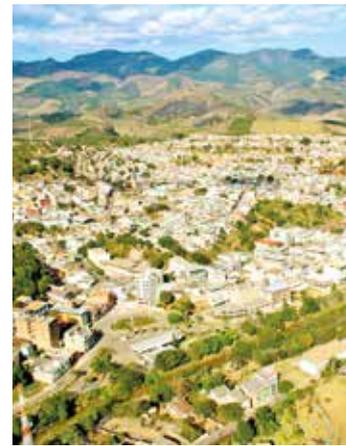




Câmara Cidadã



Informativo Mensal da Câmara Municipal de Lúna

Lúna/ES, outubro de 2020 | Ano VIII | Número 92

Orçamento do município não tem previsão de aumento para 2021

Para o próximo ano, os investimentos previstos para o próximo ano serão os mesmos do ano passado: R\$ 78 milhões. Meio Ambiente e Segurança pública é a pasta com o menor orçamento

Desde a primeira quinzena de outubro, os vereadores da Câmara Municipal analisam o Orçamento Anual da Prefeitura de Lúna previsto para o exercício financeiro de 2021, cujas receitas e despesas devem ser as mesmas do ano passado: estimadas e fixadas em R\$ 78 milhões. O projeto deve ser votado até o final de novembro.

O documento, que norteia como a gestão municipal pretende gastar seu orçamento, indica que as secretarias com maior montante de despesa

previsto são a de Educação (R\$ 26 milhões) e Saúde (R\$ 18,8 milhões). Em contrapartida, a secretaria que deverá ter menos recursos financeiros para investir é a de Meio Ambiente e Segurança Pública (R\$ 529 mil).

De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), a receita prevista virá de arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital. Já as despesas foram fixadas de acordo com a programação de cada secretaria (conforme tabela ao lado).

OBRAS E SEGURANÇA PÚBLICA EM ANÁLISE

Os parlamentares questionaram algumas obras já aprovadas pela Câmara, mas que ainda não foram iniciadas e não constam no orçamento para 2021.

“Já aprovamos duas vezes o orçamento para construção de um cemitério e até hoje não foi construído. Fico imaginando o tipo de planejamento é feito pela administração... o mesmo acontece com a capela mortuária, pois também já aprovamos projeto de Lei e a construção não está mencionada no orça-

mento para 2021. Será que construirão isso tudo até o dia 31 de dezembro deste ano para não terem previsto essas obras no orçamento do ano que vem?”, indagou o vereador Darlan Barglini.

“O mesmo poderá acontecer com a reforma da escola Delina, que o povo está aguardando e nada acontece”, pontuou o vereador Júlio Oliveira.

Já o vereador José Marcos de Moraes questionou sobre a atuação do secretário de Meio Ambiente e Segurança Pública. “Assaltos estão

acontecendo em Lúna e não vemos atuação da secretaria, pois sabemos que ao longo dos anos havia recurso previsto, mas não sabemos sobre a atuação dessa pasta”.

Após avaliação da LOA, os vereadores deverão encaminhar propostas de emendas para que sejam investidos recursos em diversas áreas prioritárias nos bairros, comunidades e distritos de todo o município.

PODE EXECUTIVO

Gabinete do Prefeito	R\$ 804.600,00
Procuradoria-Geral	R\$ 1.013.000,00
Controladoria-Geral	R\$ 292.000,00
Secretaria Municipal de Gestão	R\$ 3.586.000,00
Secretaria Municipal de Fazenda	R\$ 2.973.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio	R\$ 3.691.000,00
Secretaria Municipal de Educação	R\$ 26.064.500,00
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos	R\$ 8.942.800,00
Secretaria Municipal de Interior e Transportes	R\$ 738.100,00
Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 18.886.000,00
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	R\$ 4.288.000,00
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo	R\$ 2.304.000,00
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$ 588.000,00
Secretaria de Meio Ambiente e Segurança Pública	R\$ 529.000,00

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal	R\$ 3.300.000,00
------------------	------------------



Disque-Denúncia Serviço completa 19 anos como uma grande “arma” da população e das forças de segurança no combate à criminalidade. **Pág. 2**

Créditos adicionais Só no último mês, Câmara aprovou mais de R\$ 5 milhões para pagamento de salários. **Pág. 3**

Projetos rejeitados Câmara questiona falta de informações básicas para análise, como o destino de R\$ 1 milhão. **Pág. 4**



Em tempos de crise econômica, consumo consciente deve ser prioridade

Dia Nacional do Consumo Consciente é comemorado no dia 15 de outubro. O consumo desenfreado de produtos e serviços tem levado muitas famílias à condição de superendividamento

No dia 15 de outubro é comemorado o Dia Nacional do Consumo Consciente. A data foi instituída pelo Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2009, para despertar a consciência da população para os problemas sociais, econômicos e ambientais causados pelos padrões de produção e consumo excessivos e insustentáveis praticados.

O consumo desenfreado de produtos e serviços tem levado muitas famílias à condição de superendividamento. Isso se tornou um fenômeno social e econômico que precisa ser

debatido, pois interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas, gerando tensões, ansiedade e até depressão.

Para quem não conhece a diferença, o consumismo é diferente do consumo. O consumo diz respeito à satisfação de necessidades básicas, como o alimento, o vestuário, a moradia e o transporte. Já o consumismo remete ao ideal de satisfação pessoal, de felicidade e status, por meio da compra desenfreada de produtos e serviços supérfluos.

A Pesquisa Nacional de Endi-



vidamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), com 18 mil consumidores em todas

as capitais dos Estados e no Distrito Federal, em setembro de 2020, apontou que 67,2% das famílias relataram ter dívidas (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, car-

nê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa).

Já a parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso – e que, portanto, permanecerão inadimplentes – representa 12%. Somente em 2020, mesmo com a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), o Procon-ES realizou 1.333 atendimentos relacionados aos cálculos e negociação de dívidas.

com informações do Governo do Estado do Espírito Santo

Disque-Denúncia 181 completa 19 anos de funcionamento

A ferramenta é uma grande “arma” da população capixaba e das forças de segurança do Estado do ES no combate à criminalidade. O cidadão também pode denunciar pelo portal disquedenuncia181.es.gov.br

O Disque-Denúncia 181 da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp) completa neste mês 19 anos de existência e auxílio no trabalho policial no Espírito Santo. A ferramenta é uma grande “arma” da população e das forças de segurança, no combate à criminalidade.

Ao todo, cerca de 2 mil ligações são recebidas no call center

do 181, que funciona 24 horas, com mais de 50 atendentes trabalhando, coletando as informações. Em média, cerca de 50% desse total são classificadas como procedente pelas Polícias, resultando em algum tipo de prisão, apreensão de armas, drogas, munições, captura de foragidos da justiça, elucidação de homicídios, retirada de animais de cativeiro ou servem para subsidiar inquéri-

tos ainda em tramitação, como casos de violência doméstica, corrupção, estupro, crimes ambientais, crimes cibernéticos e outros.

Somente no ano de 2020, de janeiro a setembro, foram recebidas 46.795 denúncias de crimes, que resultaram na prisão de 1.566 criminosos, além da recaptura de 143 foragidos da Justiça. Além disso, 243

quilos de drogas, 379 armas e quase R\$ 650 mil apreendidos em todo o Espírito Santo, graças às ligações realizadas pela população.

“O anonimato é de 100%. O importante é a informação, com a maior precisão possível, para que um crime possa ser coibido ou evitado. A contribuição da população é fundamental nesse processo”,

afirmou o delegado Paulo Expedito Amaral, gerente do Disque-Denúncia 181.

O cidadão que preferir denunciar pelo site basta acessar o portal disquedenuncia181.es.gov.br/ e descrever a situação no ícone correspondente.

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo

Câmara Hoje

MESA DIRETORA PRESIDENTE João Elias Colombo Horsth (MDB) • VICE-PRESIDENTE Júlio Maria de Oliveira (Republicanos) • SECRETÁRIO Darlan Silva Barghini (PDT) | **VEREADORES** Adriano Salviete da Silva (MDB) adriano@camaraiuna.es.gov.br • Arilson Ferreira de Oliveira (PDT) arilson@camaraiuna.es.gov.br • Darlan Silva Barghini (PDT) darlan@camaraiuna.es.gov.br • Emmanuel Garcia de Amorim (Republicanos) emmanuel@camaraiuna.es.gov.br • Everaldo Pereira Sales (PV) everaldo@camaraiuna.es.gov.br • João Elias Colombo Horsth (MDB) joao.elias@camaraiuna.es.gov.br • José Marcos de Moraes (MDB) marquinho@camaraiuna.es.gov.br • Júlio Maria de Oliveira (Republicanos) juliomaria@camaraiuna.es.gov.br • Maria Miguelina de Lourdes Quintino (Republicanos) maria.miguelina@camaraiuna.es.gov.br • Paulo Henrique Leocádio da Silva (MDB) paulinho@camaraiuna.es.gov.br • Rogério Cezar (Republicanos) rogerinho@camaraiuna.es.gov.br

Jornal Câmara Cidadã

Informativo mensal das ações da Câmara Municipal de Iúna • COORDENAÇÃO, EDIÇÃO E FOTOS IMPACTMIDIA Publicidade e Assessoria – DIRETOR Alcino Junior • TEXTOS Jaqueline Almeida • PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E FINALIZAÇÃO André Lobo • TIRAGEM 1.000 exemplares

Calendário das sessões

9 de novembro (segunda-feira)

18 de novembro (quarta-feira)

27 de novembro (sexta-feira)

CÂMARA MUNICIPAL DE IÚNA

Av. Presidente Getúlio Vargas, 124, 1º andar, Centro, Iúna/ES, CEP 29.390-000 • TELEFONE (28) 3545-1458 • FAX (28) 3545-1996 • EMAIL faleconosco@camaraiuna.es.gov.br • ACESSO www.camaraiuna.es.gov.br • facebook.com/camaradeiuna • youtube.com/user/camaraiuna

Só no último mês, Câmara aprovou mais de R\$ 5 milhões em créditos adicionais para o município

outubro de 2020



A quase totalidade dos recursos é para pagamento de salários dos servidores da administração direta, assim como diárias, auxílio alimentação e obrigações patronais

Os vereadores de Lúna aprovaram nas duas últimas sessões vários projetos para atender ao orçamento da gestão municipal, totalizando a abertura de R\$ 5.400.00,00 em créditos adicionais. Quase que a totalidade dos re-

ursos (R\$ 5 milhões) é para pagamento de salários dos servidores da administração direta, assim como diárias, auxílio alimentação e obrigações patronais.

O fato de haver a necessida-

de de suplementação no orçamento preocupa os parlamentares, que indagam sobre a falta de planejamento da gestão do Poder Executivo.

As demais aberturas de créditos suplementar são especifi-

cas para serem utilizadas na aquisição de lixeiras destinadas à manutenção da limpeza pública do município (R\$ 60 mil), para extensão da rede elétrica do distrito de Nossa Senhora das Graças, do Córrego Pouso Alto e do bairro Nossa Senhora

da Penha (R\$ 120 mil).

Já o valor de R\$ 220 mil foi autorizado para abrir crédito adicional especial para a execução de ações relativas a serviços de urgência e emergência (Samu).



Recuperação do asfalto: vereadores aprovam investimento de R\$ 1,7 milhão

Parlamentares cobraram responsabilidade do Poder Executivo para executar o projeto nos prazos e valores estipulados

Na sessão da Câmara de Lúna do dia 8 de outubro, os vereadores aprovaram diversos projetos de Lei, com destaque para o projeto nº 42/2020 que libera um valor de mais de R\$ 1,7 milhão para recuperação asfáltica de vias da sede do município. A proposta recebeu pareceres favoráveis das comissões e da Procuradoria.

Durante a ordem do dia, quando os projetos foram discutidos, os parlamentares falaram sobre a aprovação e cobraram do



Poder Executivo responsabilidade para a recuperação do asfalto, pois se trata de uma demanda prioritária para a cidade.

“Estamos falando de um valor significativo para esse trabalho de recuperação asfáltica. Pedimos à gestão que use esse dinheiro com sabedoria para que nenhum recurso seja jogado fora”, destacou o vereador Júlio Maria de Oliveira.

EXTINÇÃO DE CARGOS

Também com pareceres favoráveis foram aprovados os projetos nº 6 de 2020 que

tornam extinto os cargos de soldador e de mecânico. Os funcionários que ocupam esses cargos devem ser remanejados.

Foi aprovado ainda o projeto de Lei nº 7 de 2020 que torna extinto o cargo de diretor do CRAS e criando o cargo de Coordenador, que agora passa exigir grau de escolaridade de nível médio para superior.

Confira os projetos de Lei em tramitação na Câmara pelo site www.camaraiuna.es.gov.br.

Para atender às demandas da população, vereadores encaminharam indicações de serviços, requerimentos e projetos de lei aos diversos órgãos da administração municipal e estadual durante as últimas sessões. Confira:



Emmanuel Garcia de Amorim
Republicanos • emmanuel@camaraiuna.es.gov.br

► Requer que o Poder Executivo encaminhe à Câmara toda a **documentação comprobatória referente aos gastos do Covid-19**, enviado através do Ofício PMI nº 286/2020 (notas fiscais, processos licitatório ou dispensa, pregão, tomada de preços).

► Indica o serviço de **reparo da iluminação no distrito de Trindade**, na Avenida principal, pois vários postes se encontram com as lâmpadas queimadas.

► Requer que seja encaminhado ofício ao Diretor Geral DER-ES,

sr. Luiz Cesar Maretto Coura, solicitando **implantação de um redutor de velocidade** no KM 17 da ES 185,

próximo à entrada para a “ponte do Felinho”, logo após o Lar dos Velinhos do Caparaó.



Júlio Maria de Oliveira, Republicanos • juliomaria@camaraiuna.es.gov.br
João Elias Colombo Horsth, MDB • joao.elias@camaraiuna.es.gov.br

► Requer o registro de **Moção de Profundo Pesar** pelo falecimento

do senhor Claer Ferreira da Rocha, morador da comunidade do Rio Claro e

pessoa muito querida por todos que o conheciam. Deixa filhos e netos.

Arilson Ferreira de Oliveira
PDT • arilson@camaraiuna.es.gov.br



► Indica ao Poder Executivo a instalação de uma **extensão de rede elétrica na Rua Antônio Belo dos Santos**, visando a qualidade de vida e segurança para toda comunidade.

► Solicita o serviço de **limpeza nas ruas do loteamento Colossus** (Avazeg), no Bairro

Quilombo.

► Solicita ao Secretário de Agricultura e Agronegócio da Municipalidade informações sobre a **localização do operador Gerson Sodré Assis**, uma vez que este operador se encontra atendendo na zona rural.

Júlio Maria de Oliveira

Republicanos • juliomaria@camaraiuna.es.gov.br



► Requer que seja encaminhado ofício ao Ministério Público para intervenção junto ao Poder Executivo, para que seja determinado ao Secretário de Interior e Transportes a **paralisação, nos fins de semana, e retidos no pátio, de toda a frota municipal**, exceto os veículos de uso essenciais (saúde e limpeza pública) no período eleitoral. A solicitação se justifica pelas várias denúncias de que os

veículos estão sendo utilizados para fins eleitorais. Que seja determinado um controle rígido dos odômetros de máquinas pesadas e velocímetros dos veículos pequenos.

► Indica a **reforma na ponte do Córrego do Pouso Alto**, distrito de Pequiá, que dá acesso à propriedade do senhor Anselmo Alves de Oliveira. O referido morador disponibilizará as vigas e irá precisar apenas dos pranchões.

Projetos são rejeitados na Câmara por não conterem informações básicas para análise

Uma das propostas mais recentes foi o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias que precisou ser rejeitada pelos parlamentares porque não trazia dados sobre o destino de recursos no valor de R\$ 1 milhão

As últimas sessões do mês de outubro foram marcadas por questionamentos dos parlamentares acerca da falta de informações básicas e relevantes nos projetos para análises das comissões e da também da Procuradoria. Uma das propostas mais recentes rejeitadas pelos vereadores o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que não trazia dados sobre o destino de recursos no valor de R\$ 1 milhão.

O projeto de Lei sobre a Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi rejeitado por 6 votos a 3. Trata-se da Lei que define as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro seguinte, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária, entre outras diretrizes importantes.

O vereador Paulo Henrique Leocádio justificou o seu voto contrário. “Estamos no período

eleitoral e não vamos passar um cheque em branco de R\$ 1 milhão para a Prefeitura. Solicitamos que as informações e documentos sobre como e onde esse valor será usado, mas nada foi nos enviado. Alguma coisa tem de errado e isso se chama ‘pedalada fiscal’”, disse o vereador.

O parlamentar Júlio Maria Oliveira também justificou o seu voto. “São manobras que o Executivo está fazendo para dizer que nós vereadores não



aprovamos projetos. Não vamos aprovar nada que não seja favorável para a população ou para proteger erros do Poder Executivo”, finalizou.

NOVAS ABERTURA DE CRÉDITO APROVADAS

Já o projeto de Lei nº 41/2020, que abre crédito no valor de

R\$ 255 mil para a construção de 13 estações de tratamento de esgoto nas escolas da Rede Municipal de ensino, na zona rural de Lúna, e o projeto de Lei nº 45/2020 no valor de R\$ 258 mil para a Construção da Casa do Artesão foram aprovados por unanimidade em meados de outubro.